



NO AR: Migalhas nº 6.025

MIGALHEIRO VIP

[Home](#) > [Migalheiro VIP](#) > Aldem Johnston Barbosa Araújo



Aldem Johnston Barbosa Araújo

Migalheiro desde março/2020.

Advogado em Mello Pimentel Advocacia. Membro da Comissão de Direito Administrativo da OAB/PE. Especialista em Direito Público.

Artigos

MIGALHAS DE PESO

quinta-feira, 28 de novembro de 2024

Prescrição intercorrente: A aplicação do decreto 20.910 em Estados e municípios

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A tendência é o STJ vedar tal aplicação do decreto 20.910/32. Mas essa não é a melhor solução.

quinta-feira, 28 de novembro de 2024

Os Tribunais de Contas não podem punir por culpa in eligendo/vigilando

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

O Tribunais de Contas seguem utilizando culpa in eligendo e da culpa in vigilando para responsabilizar agentes públicos mesmo diante do que dispõem os arts. 932 e 933 do CC.

quarta-feira, 27 de novembro de 2024

Como se dá a contratação temporária de empregados públicos pelas estatais?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A contratação temporária de empregados públicos pelas estatais se dá por seleção simplificada, quando houver autorização legal, ou via terceirização, quando for fundamentada na lei 6.019/74.

terça-feira, 26 de novembro de 2024

Fim do regime jurídico único: O que já podemos afirmar?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo e César Caúla

Em que pese ser possível, o Estado não está preparado para ser empregador pela CLT.

terça-feira, 5 de novembro de 2024

O TCU e a publicação do ETP juntamente com o edital

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A jurisprudência do TCU caminhou da obrigatoriedade, para a desnecessidade de publicar o ETP junto com o edital.

quarta-feira, 23 de outubro de 2024

Tribunais de Contas podem exercer controle de segunda ordem nas agências reguladoras?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

O artigo explora o conceito de controle de segunda ordem exercido pelo TCU sobre agências reguladoras, analisando sua evolução e comparando com a atuação de outros tribunais de contas no Brasil.

quarta-feira, 9 de outubro de 2024

Estatais podem receber bens e serviços como dação em pagamento?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo e Bernardo Strobel Guimarães

Partindo do art. 356 do CC, os autores analisam a possibilidade de empresas públicas e sociedades de economia mista receberem prestação diversa da que lhe é devida via dação em pagamento.

quarta-feira, 2 de outubro de 2024

Por que os Tribunais de Contas podem adotar soluções consensuais?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo e César Caúla

A partir da discussão em torno da ADPF 1.183 que discute a constitucionalidade da Instrução Normativa 91/22 do TCU, o artigo analisa o microssistema/regime jurídico próprio das soluções consensuais administrativas que se espalha em diversas normas do nosso ordenamento.

quarta-feira, 11 de setembro de 2024

É possível haver contratação direta entre estatais?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Empresas estatais podem contratar diretamente entre si, sem licitação, com base na Lei nº 13.303/2016, desde que o preço seja compatível com o mercado.

MIGALHAS DE PESO

sexta-feira, 23 de agosto de 2024

Empresas de um mesmo grupo econômico ou cujos sócios em comum tenham relação de parentesco podem participar do mesmo processo licitatório?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Leis sobre licitações não proíbem explicitamente a participação de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios parentes no mesmo certame. O TCU considera que isso não é irregular, a menos que haja fraude comprovada.

MIGALHAS DE PESO

terça-feira, 30 de julho de 2024

Da obrigatoriedade de contratar serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e aterro sanitário por meio do regime de concessão

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo e Bernardo Strobel Guimarães

Diversos editais de 2024 visam contratar serviços de limpeza e manejo de resíduos sólidos. No entanto, em vez de usar contratos de concessão, estão sendo utilizados contratos

Atualizamos nossa política de cookies

Utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência. Ao continuar navegando, você aceita a nossa política de monitoramento. Mais informações, consulte os [Termos de Uso](#).

OK

domingo, 14 de julho de 2024

Os Tribunais de Contas estão aplicando retroativamente as regras sobre prescrição?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Tribunais de Contas, como o TCE/PE, aplicam nova lei sobre prescrição retroativamente, beneficiando jurisdicionados em casos de pretensões punitivas e de resarcimento.

MIGALHAS DE PESO

quinta-feira, 27 de junho de 2024

As licitações, os contratos e o controle do futuro

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A implementação de IA já impacta licitações e contratos públicos, indicando um futuro digital e automatizado para o setor.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 22 de maio de 2024

A MP 1.221/24 e o regime excepcional de contratações pela administração em caso de calamidade pública

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A pandemia de COVID-19 levou à criação de um regime jurídico excepcional com a lei 13.979/20, flexibilizando as regras de contratações públicas. Devido às severas chuvas no Rio Grande do Sul, a MP 1.221/24, publicada em 17/5, também introduz flexibilizações excepcionais para compras e contratações governamentais em situações de calamidade pública.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 8 de maio de 2024

Lei estadual 18.527/24: Como funciona a prescrição no TCE/PE?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A lei estadual 18.527/24 alterou a lei orgânica do Tribunal de Contas de Pernambuco, incluindo regras de prescrição para pretensões punitivas e de resarcimento em processos de controle externo, exceto em processos de admissão de pessoal ou concessão de benefícios.

MIGALHAS DE PESO

quinta-feira, 11 de abril de 2024

Nova lei de licitações: É cabível o uso de recurso administrativo em uma contratação direta?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Na contratação direta, um interessado inabilitado pode recorrer da decisão? Apesar de menção ao licitante na lei, interpretação literal pode ser questionável.

MIGALHAS DE PESO

sexta-feira, 5 de abril de 2024

É possível promover antecipadamente uma “absolvição sumária” de interessados nos processos dos Tribunais de Contas?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Pluralidade de interessados em processos de contas nos Tribunais de Contas pode levar anos para julgamento conjunto, mesmo com provas de regularidade, prolongando a espera pela quitação.

MIGALHAS DE PESO

sexta-feira, 8 de março de 2024

É possível prorrogar a vigência da lei 8.666/93 por meio de decretos?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Os decretos municipais de diversas cidades brasileiras compartilham a permissão para publicar editais de licitação em 2024, regidos por leis revogadas, como a Lei nº 8.666/1993, até prazos variados, estendendo-se até 31/12/2024. Isso possibilita contratos sob antigos regimes legais.

MIGALHAS DE PESO

sexta-feira, 9 de fevereiro de 2024

As normas infralegais que regulamentavam o antigo regime de licitações e contratos seguem em vigor?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Lei 14.133/21 revogou normas sobre licitações. Atos administrativos normativos ligados a esse regime são extintos conforme formas padrão.

segunda-feira, 22 de janeiro de 2024

A súmula 665/STJ e seus desdobramentos para todo o direito administrativo sancionador

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Em 13/12/23, o STJ aprovou a Súmula 665, limitando o controle judicial do processo administrativo disciplinar à regularidade e legalidade, excluindo incursões no mérito, salvo ilegalidade evidente. Essa lógica pode ser aplicada a outros processos administrativos sancionadores?

quarta-feira, 27 de dezembro de 2023

Há risco em se fazer um uso irrefletido da jurisprudência do TCU?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

TCU não exerce papel equivalente a tribunais superiores. Apesar da Súmula 222, Tribunais de Contas estaduais mantêm autonomia. Decisões do TCU não vinculam, cada tribunal decide conforme sua jurisdição, destacando liberdade constitucional.

quarta-feira, 13 de dezembro de 2023

É possível vermos na prática uma combinação da lei 8.666/93 com a lei 14.133/21?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A Nova Lei Geral de Licitações veda a combinação com a lei 8.666/93, estabelecendo uma transição clara. No entanto, dados indicam que a maioria dos contratos, embora regidos pela NLGLC, foram planejados inicialmente sob a lei antiga, gerando possíveis lacunas na aplicação de requisitos como o estudo técnico preliminar.

terça-feira, 5 de dezembro de 2023

Por que a orientação normativa 78/23 da AGU está equivocada?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A orientação normativa 78 da AGU estabelece que as sanções da nova lei de Licitações não se aplicam a contratos anteriores, respeitando os atos jurídicos já firmados sob legislação anterior.

MIGALHAS DE PESO

segunda-feira, 6 de novembro de 2023

Nova lei de licitações: É possível impugnar uma contratação direta?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Não há motivos que juridicamente impeçam a impugnação de uma contratação direta a partir da publicação do ato que a autorizar.

MIGALHAS DE PESO

terça-feira, 17 de outubro de 2023

O que diz o STF sobre a responsabilização do agente público por erro grosseiro?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Resta agora acompanhar a conclusão do julgamento e aguardar a definição dos contornos que serão dados pelo STF à responsabilização do agente público por erro grosseiro, pois, até o momento, nota-se até aqui um menor detalhamento com relação à tese fixada quando da cautelar e uma inequívoca aproximação com o conceito de erro grosseiro.

MIGALHAS DE PESO

quinta-feira, 31 de agosto de 2023

Nova lei de licitações: É necessário formalizar a prorrogação automática de um contrato de escopo por meio de termo aditivo?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

É necessário formalizar a prorrogação automática de um contrato de escopo por meio de termo aditivo, não sendo algo que seja apenas e tão somente recomendável.

terça-feira, 29 de agosto de 2023

5 possíveis consequências da Nova Lei de Licitações e Contratos

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Com a chegada do fim da possibilidade de licitar pela Lei 8.666, é preciso começar a pensar nas mudanças que ocorrerão nas contratações públicas.

segunda-feira, 24 de julho de 2023

Os Tribunais de Contas e a tutela do meio-ambiente

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo e Amanda Moreira Quintino

Embora a atuação dos Tribunais de Contas não se confunda com a de um órgão ambiental, também não está limitada ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos no seu âmbito.

terça-feira, 4 de julho de 2023

Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Pela adequação tanto ao fim da vigência contratual, quanto a prorrogação dos contratos, o parágrafo único do art. 131 da NLGLC veicula uma hipótese de preclusão lógica e não de preclusão temporal, não se podendo, por consequência, se cogitar na existência de “justas causas” elisivas.

segunda-feira, 8 de maio de 2023

A nacionalização do processo administrativo federal

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Os que rejeitam a nacionalização do processo administrativo federal invocam o necessário respeito à autonomia político-administrativa aos Estados-membros, Distrito Federal e

Municípios prevista nos arts. 18, 25 e 29 da CF/88.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 3 de maio de 2023

Quem deve “falar por último” nos processos dos Tribunais de Contas?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Não se pode perder de vista que quando do julgamento do RE 636.886/AL, o STF deixou patente que nos processos em trâmite nos tribunais de contas não se garante um contraditório efetivo aos interessados.

MIGALHAS DE PESO

quinta-feira, 13 de abril de 2023

Os polêmicos novos decretos regulamentadores do marco legal do saneamento básico

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

De forma indireta, a interpretação adotada pelo decreto 11.467/23 está pendente de análise pelo Supremo Tribunal Federal.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 29 de março de 2023

O “federalismo centrífugo de compras públicas” na regulamentação da nova lei de licitações

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Em apenas 3 exemplos de regulamentações da NLGLC houve abordagens no mínimo heterodoxas do poder conferido no art. 84, IV da CF/88, razão pela qual é bastante crível imaginar tais situações não sejam (ou serão) insulares e sim talvez até sejam (ou serão), infelizmente, um problema comum.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 22 de março de 2023

Da impossibilidade de aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A única base que temos para definir o que é lei geral aplicável a todos os entes e o que é lei federal aplicável apenas à União no âmbito das licitações foi o julgamento da ADI 927, onde o STF entendeu que é específica e não geral a norma que disciplinava permuta de bens imóveis.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 8 de março de 2023

O confuso direito intertemporal da nova lei de licitações

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Dante das inúmeras possibilidades de marcos temporais que podem vir a ser fixados pelos entes subnacionais, não há como não apontar como confuso o cenário que envolve o direito intertemporal da lei 14.133/21.

MIGALHAS DE PESO

terça-feira, 28 de fevereiro de 2023

O que podemos esperar da regulamentação da nova lei de licitações?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A regulamentação da lei 14.133/21 traz diversos questionamentos de ordem prática que certamente precisam ser objeto de um melhor debate e consequente enfrentamento por parte de quem atua nas licitações e contratações do Poder Público.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 4 de janeiro de 2023

A MP 1.154/23 retirou a competência da ANA para edição de normas de referência na área de saneamento?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Em razão de a alteração legislativa não ter sido das mais claras, as mudanças promovidas pela MP 1.154/23 trazem um cenário de dúvidas que inevitavelmente demandará um período de absorção por parte dos operadores do direito e sobretudo um período de análise por parte dos players do mercado.

MIGALHAS DE PESO

segunda-feira, 29 de agosto de 2022

A ADIn 6.421 MC e os parâmetros definidos pelo STF para responsabilização do agente público pela prática de erro grosseiro

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Registre-se que o próprio STF deixou consignado na Rcl 41.557 que o direito administrativo sancionador se aproxima muito do direito penal e deve ser compreendido como uma extensão do jus puniendi estatal e do sistema criminal, pois, para aplicar a vedação ao bis in idem a um caso concreto, o STF entendeu que é preciso adotar um enfoque conjunto no campo da política sancionadora e que o Direito Administrativo Sancionador deve ser entendido como um autêntico subsistema penal.

MIGALHAS DE PESO

terça-feira, 26 de julho de 2022

Da necessidade de as agências regulatórias infracionais possuírem independência decisória para atender o Novo Marco Legal do Saneamento Básico

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

É imprescindível, sob pena de ilegalidade, que a agência reguladora que promova a regulação dos serviços de saneamento em caráter infracional, possua, a exemplo da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), independência decisória.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 27 de abril de 2022

Como ficam as contratações públicas com o fim da ESPIN - Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Desta feita, a rigor, em 1/1/21, deixou de ser possível realizar compras e contratações públicas com base nas regras do regime jurídico excepcional de emergência sanitária.

MIGALHAS DE PESO

sexta-feira, 8 de abril de 2022

Os embargos de declaração nos Tribunais de contas têm efeito suspensivo ou interruptivo?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Num contexto processual largamente impregnado pelos valores constitucionais, pugna-se pela ampliação de garantias dentro do processo e não em sua mitigação.

MIGALHAS DE PESO

segunda-feira, 21 de março de 2022

Quais as premissas adequadas para os Tribunais de Contas responsabilizarem a autoridade máxima com base na culpa in vigilando?

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Analise da doutrina e jurisprudência sobre a responsabilização das autoridades máximas junto aos Tribunais de Contas.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 23 de fevereiro de 2022

Da constitucionalidade da lei 14.230/21 ao optar pela legitimidade ativa exclusiva do MP para propor ações de improbidade administrativa

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

O ministro Alexandre de Moraes deferiu medida e reconheceu a existência de legitimidade ativa concorrente entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa.

segunda-feira, 21 de fevereiro de 2022

Da inadequação da ação rescisória para aplicar a retroatividade benigna da lei 14.230/21 às decisões transitadas em julgado

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Uma solução mais adequada para emular o regime jurídico do direito penal e processual penal no direito administrativo sancionador é o de entender que a aplicação de penalidade no bojo de tais ações constitui uma relação jurídica continuada que deve ser desconstituída na forma do art. 501, I do CPC.

terça-feira, 8 de fevereiro de 2022

A responsabilização de particulares na nova lei de improbidade administrativa

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Ao fim e ao cabo podemos concluir que uma eventual responsabilização do terceiro quando da prática de atos ímparobos depende de sua atuação com o dolo específico de, em coautoria com um agente público, incorrer nas condutas proscritas na lei 8.429/92 com a redação que lhe fora conferida pela lei 14.230/21.

segunda-feira, 13 de dezembro de 2021

A nova lei de improbidade administrativa e a prescrição do ressarcimento ao erário

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Só há de se falar em imprescritibilidade do ressarcimento ao erário quando a lesão aos cofres públicos decorrer de um ato de improbidade que tenha sido assim caracterizado numa decisão judicial transitada em julgado e proferida dentro dos prazos definidos pela nova lei de improbidade administrativa.

segunda-feira, 29 de novembro de 2021

A responsabilidade da autoridade máxima de órgãos e entidades junto aos tribunais de contas

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

O gestor público que ocupa o topo da cadeia hierárquica de órgãos e entidades não é um plenipotenciário dotado de onisciência e onipresença.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 27 de outubro de 2021

Primeiras impressões sobre a nova lei de improbidade administrativa à luz do direito administrativo sancionador

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

As alterações promovidas pela lei 14.230/21 promovem um redesenho profundo no regime jurídico que tutela os atos de improbidade e desautorizam, ante a sua total incompatibilidade, um eventual apego às balizas do marco legal anterior.

MIGALHAS DE PESO

segunda-feira, 20 de setembro de 2021

O redesenho do Direito Administrativo sancionador na nova lei geral de licitações e contratos parte 2 de 3: o princípio da insignificância

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

As condutas inseridas dentro do campo da impropriedade formal, ante à sua lesividade insignificante são atípicas e, portanto, fora do alcance do jus puniendi estatal.

MIGALHAS DE PESO

quarta-feira, 25 de agosto de 2021

O redesenho do Direito Administrativo sancionador na nova lei geral de licitações e contratos parte 1 de 3: a dosimetria das penas

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Uma sanção administrativa que seja aplicada em inobservância à garantia processual do réu de ter sua pena previamente submetida a uma aferição de dosimetria é, desta feita, flagrante e irremediavelmente nula.

MIGALHAS DE PESO

terça-feira, 17 de agosto de 2021

Da obrigatoriedade da utilização da nova Lei Geral de Licitações e Contratos para licitar a execução dos serviços públicos relacionados ao saneamento básico

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

A lei 14.133/21, a nova Lei Geral de Licitações e Contratos (NLGLC) traz consigo diversos implementos que incrementam o controle social de forma incomparável ao regime da lei 8.666/93.

MIGALHAS DE PESO

terça-feira, 23 de março de 2021

Futura Nova Lei de Licitações: a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissionais ou empresas de notória especialização e o fim da singularidade do serviço técnico

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

O projeto de lei estabelece novo regime de licitações e contratações públicas, e não necessita que os serviços sejam singulares.

MIGALHAS DE PESO

quinta-feira, 18 de março de 2021

A futura nova lei de licitações e a possibilidade da decretação material dos efeitos da revelia contra a Fazenda Pública

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

É um entendimento tradicional e consolidado no STJ o de que “ainda que a contestação apresentada pela Fazenda Pública tenha sido reputada intempestiva, diante de direitos

"indisponíveis do ente estatal, os fatos da causa não comportam confissão, tampouco estão sujeitos aos efeitos da revelia".

MIGALHAS DE PESO

terça-feira, 29 de dezembro de 2020

O direito administrativo sancionador no Novo Marco do Saneamento

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Recentemente, na Rcl 41.557, a 2ª turma do STF trouxe contornos ainda mais interessantes acerca do tema.

MIGALHAS DE PESO

sexta-feira, 27 de novembro de 2020

A titularidade interfederativa das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões para prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico de interesse comum

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

Novo Marco Legal do Saneamento Básico subtrai dos municípios a titularidade para a prestação dos serviços nas hipóteses de regionalização.

MIGALHAS DE PESO

quinta-feira, 19 de março de 2020

Acordo de não persecução cível: primeiras impressões

★ Aldem Johnston Barbosa Araújo

As possibilidades de concertação entre as partes no acordo de não persecução cível, tomando por empréstimo as balizas conferidas pela LINDB, são muito amplas e, acrescentese, não adstritas ao período anterior à propositura da ação ou da apresentação da contestação

EDITORIAS

Migalhas Quentes
Migalhas de Peso
Colunas
Migalhas Amanhecidas
Agenda
Mercado de Trabalho
Migalhas dos Leitores
Pílulas
TV Migalhas
Migalhas Literárias
Dicionário de Péssimas Expressões

SERVIÇOS

Academia
Autores
Migalheiro VIP
Correspondentes
e-Negociador
Eventos Migalhas
Livraria
Precatórios
Webinar

ESPECIAIS

#covid19
dr. Pintassilgo
Lula Fala
Vazamentos Lava Jato

MIGALHEIRO

Central do Migalheiro
Fale Conosco
Apoiadores
Fomentadores
Perguntas Frequentes
Termos de Uso
Quem Somos

MIGALHAS NAS REDES

ISSN 1983-392X